

AVISO Nº 024/2024

Em cumprimento ao art. 75 § 3º da Lei Federal 14.133/2021, em que as contratações oriundas dos incisos I e II, devem ser divulgadas em aviso eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 03 (três) dias.

Aviso de dispensa de licitação, conforme artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização, desratização e controle de dengue no imóvel do estado localizado na rua Getúlio Vargas, nº 262, bairro Rebouças, CEP 80.230-030M Curitiba/Paraná.

E-mail para contato: gas.sepl@sepl.pr.gov.br

Curitiba 14 de agosto de 2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização, desratização e controle de dengue no imóvel do estado localizado na rua Getúlio Vargas, nº 262, bairro Rebouças, CEP 80.230-030M Curitiba/Paraná.

1.1 Especificação do serviço

Realização dos serviços descritos abaixo, no imóvel do estado com 34.000,00m².

Prestação de serviço de dedetização

- Inspeções visuais para localização de possíveis focos de pragas;
- Determinação da melhor técnica a ser utilizada;

Prestação de serviço de desratização

- Avaliação, instalação e monitoramento de iscas;
- Monitoramento e controle de tocas de roedores nas áreas externas;

Controle de Dengue

- Inspeções visuais para localização de possíveis focos de pragas;
- Avaliação da melhor técnica a ser utilizada.

1.2 Local da realização do serviço: rua Getúlio Vargas, nº 262, bairro Rebouças, CEP 80.230-030M Curitiba/Paraná.

2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

O Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretaria de Estado do Planejamento iniciou o projeto da Fábrica de Ideias, a ser realizado no espaço da antiga empresa AMBEV, localizada no endereço Getúlio Vargas, nº 262, bairro Rebouças, Curitiba/Paraná.

O projeto anunciado em março de 2024 e assumido por esta secretaria em julho do decorrente ano, visa realizar um dos maiores hubs de inovação da América Latina.

Ainda na fase inicial se faz necessário a manutenção predial do espaço, que ocupa 34.000,00m², devendo ser inspecionado e aplicado os serviços de dedetização, desratização e combate a focos de dengue, em virtude do prédio estar sem atividades até o presente momento.

2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Informação Orçamentária, QDD e DAD;
- Orçamentos e mapa de preços demonstrando a Vantajosidade;
- Certidões atualizadas;
- Consulta no GMS, a fim de verificar se a empresa encontra-se suspensa ou declarada como inidônea;
- Consulta ao CEIS e ao CADIN;

3.1 Sustentabilidade

3.1,1 As empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

- a) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial -INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- c) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.2.2 A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do termo de referência.

4 CONTROLE DA EXECUÇÃO

4.1 O objeto deverá ser entregue, conforme planejamento fornecido pelo CONTRATANTE, em no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da nota de empenho, em conformidade com o termo de referência. O não cumprimento dos prazos pode implicar a aplicação de penalidades previstas no termo de referência e legislação vigente.

5 - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

5.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da contracorrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

5.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6 - PESQUISA DE PREÇOS

A aquisição será realizada mediante menor valor apresentado, se dispensando a disputa eletrônica, considerando a urgência em obter o serviço em questão, descartando assim o

método de disputa eletrônica, além do tempo hábil para adquirir os serviços considerados imprescindíveis para a limpeza e segurança de focos de dengue no espaço.

7 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DA CONTRATANTE

7.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

II - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

III - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

IV - Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

VI - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

VII - Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

VIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

IX - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do termo de referência,

7.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- I - Acompanhar permanentemente o fornecimento por intermédio de servidor especialmente designado, a quem caberá atestar as faturas apresentadas.
- II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo (a) CONTRATADO(A).
- III - Comunicar a (o) CONTRATADO(A) qualquer irregularidade constatada na execução do objeto deste contrato.

8 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Os requisitos de habilitação são aqueles previsto no artigo 95º do Decreto Estadual 10.086/2022.

9. SUBCONTRATAÇÃO

Esses objetos não admitem a subcontratação.

14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O Contratante e a contratada que incorram em infrações, sujeitam-se às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e Decreto Estadual 10.086/2022.

15 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086/2022

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Curitiba, 14 de agosto de 2024.

Sabrina Acioli

NAS/SEPL

